

ESCOLAS CÍVICO - MILITARES

Governador Romeu Zema decide manter os 9 colégios com esse modelo no estado, em gestão compartilhada com a corporação estadual, após governo federal anunciar o fim do programa

Minas terá Bombeiros no lugar de Forças Armadas

Juarez Salmim*

Apesar da decisão do governo federal de encerrar o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares no país, o governador Romeu Zema (Novo) informou ontem que o modelo de escola seguirá em funcionamento em Minas Gerais sem depender de recursos federais. A decisão causará mudança de instituição para fazer a gestão compartilhada dessas instituições de ensino no estado. A partir de 2024, a administração conjunta será feita com o Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais, em substituição às Forças Armadas no âmbito federal. Segundo anúncio feito pelo governador Romeu Zema, as escolas cívico-militares do estado serão mantidas em gestão compartilhada entre Secretaria de Estado de Educação (SEE-MG) e Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais (CBM-MG), informou a Secretaria de Educação em nota divulgada ontem. A reportagem entrou em contato com a SEE-MG, que confirmou que a gestão compartilhada com os Bombeiros será a partir de 2024. De acordo com o Ministério da Educação, a mudança será gradual, de forma a garantir a normalidade das ações educativas no restante deste ano letivo de 2023.

O governo de Minas aderiu ao programa do Ministério da Educação em 2020. A rede estadual tem atualmente nove escolas no programa de escolas cívico-militares que atendem ao todo 6 mil estudantes. São elas: Escola Estadual Assis Chateaubriand, em BH; Escola Estadual Princesa Isabel, em BH; Escola Estadual Padre José Maria de Man, em Contagem; Escola Estadual Professora Lígia Maria Magalhães, em Contagem; Escola Estadual dos Palmarens, em Ibiraci; Escola Estadual Wenceslau Braz, em Itaipubá; Escola Estadual Cônego Osvaldo Lustosa, em São João del Rei; Escola Estadual Olímpia de Brito, em Três Corações; Escola Estadual Governador Bias Fortes, em Santos Dumont, em processo de implementação. De acordo com a Secretaria de Educação, o Corpo de Bombeiros

“A tradição, a disciplina e o prestígio de uma das instituições mais respeitadas do mundo agora se unem ao trabalho de ensino dos mineiros. Aqui a educação é sempre prioridade”

Romeu Zema (Novo), governador de Minas

deve assumir tarefas complementares ao corpo docente das escolas. “Tendo parte da mesma equipe liderada pelo diretor escolar”. As equipes vão atuar fortemente nas dimensões afetiva, social, ética e simbólica, com foco no desenvolvimento humano global, complementa a pasta. A secretária também afirma que as medidas do programa têm sido positivas, com a aprovação nas escolas aumentando para mais de 80% depois da implantação do programa.

Pelas redes sociais, Zema afirmou: “A tradição, a disciplina e o prestígio de uma das instituições mais respeitadas do mundo agora se unem ao trabalho de ensino dos mineiros. Aqui a educação é sempre prioridade”. Uma das prioridades do então governador Bolsonaro, no modelo de escola cívico-militar, os professores e demais profissionais da educação continuam responsáveis pelo trabalho didático-pedagógico enquanto os militares atuam como monitores



Escola Estadual Princesa Isabel, no Bairro Aparecida, na Região Nordeste de Belo Horizonte, seguirá com o modelo cívico-militar

responsáveis por disciplinar o comportamento dos alunos. Eles não têm permissão de interferir no programa educacional ou ministrar aulas. Os militares são “apoiadores das ações desenvolvidas pela escola com atuação mais expressiva na área educacional nas atividades extracurriculares sob a liderança do diretor(a) da escola”, segundo orientações do governo federal anterior. É importante destacar que as escolas cívico-militares não têm nenhuma relação com os colégios militares.

CRÍTICA DE ESPECIALISTA

O programa foi alvo de críticas. A professora Ana Saraiva, da Faculdade de Educação da Uni-

versidade Federal de Minas Gerais (UFMG), explica que o modelo pode ser visto como simplista. “Essas escolas apostam na melhoria do desempenho a partir da inserção de militares da reserva na equipe gestora. Nesse modelo simples, é negado o peso da influência das desigualdades sociais sobre o desempenho dos estudantes e da infraestrutura precária das escolas públicas, da pouca valorização do magistério na qualidade da educação. Dessa forma, ela acaba remetendo aos estudantes e aos diretores a responsabilidade pelo baixo desempenho”, afirmou.

Além disso, a professora também diz que esse tipo de escola contraria os valores da educação pública. “A educação pública deve se guiar pelos princípios

constitucionais na construção de uma educação que se pautar pela vivência democrática, pela valorização da cultura e da diversidade e sobretudo pela garantia de condições materiais”, disse também.

Ana Saraiva entende, entretanto, que a decisão de Zema e outros governadores de manter as escolas cívico-militares é possível. “As escolas não são obrigadas imediatamente a retornar a um regime não cívico-militar. A força do ofício o que ocorre a partir dele é um processo de corte daquilo que era aporte do governo federal. Então, verbas para pagamento de militares da reserva e para infraestrutura oriundas da esfera federal vão sendo gradativamente cortadas. Mas no caso

dos estados que implementaram o modelo já como um modelo estadual, isso vai depender de cada Assembleia Legislativa e cada Câmara Municipal vote e delibere por essa

“É o presidente do Sindicato dos Professores do Estado de Minas Gerais (Sinpro) e especialista em educação Valéria Morate afirmou: “Nos profissionais entendemos e defendemos a escola pública como laica, democrática e espaço de todos e não acreditamos que as escolas cívico-militares representem esse tipo de espaço”. A reportagem tentou contato com o SinDTE-MG mas não teve retorno.

* Estagiária sob supervisão do subeditor Fábio Cordeiro

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Estado de Minas - Belo Horizonte/MG

Seção: Política Pagina: 9